

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

29 de julho de 2016 | Número 012

BOLETIM informativo



FETEC CUT
Centro Norte

As avenidas de inclusão no Brasil e uma disputa política intensa

"O Brasil é uma sociedade de exclusão de grandes massas, do consumo, da política, do acesso ao Estado e foi contra isso que o governo do PT investiu entre 2003 e 2015 e acabou fazendo essa integração, ainda que precariamente", constata o cientista político.

Para o cientista político Leonardo Avritzer, "estamos observando uma certa recuperação da capacidade de mobilização dos movimentos sociais pelo menos desde março deste ano. O que se coloca é uma conjuntura de disputa política intensa". Para ele, somos uma sociedade de "exclusão de grandes massas, do consumo, da política, do acesso ao Estado, e foi contra isso que o governo do PT investiu entre 2003 e 2015 e acabou fazendo essa integração, ainda que precariamente". Contudo, pondera, essa integração ocorreu, por um lado, "pela via do mercado, e por outro, por uma via de ampliação de uma série de benefícios da proteção social. Por fim, começamos a ter um acesso diferenciado ao sistema de educação. Essas três formas de acesso criaram novas avenidas de inclusão no Brasil". O "poder paralelo" do Judiciário é outra das temáticas abordadas na entrevista, concedida por Avritzer à IHU On-Line por telefone: "o próprio STF aceita que existe uma dimensão do Poder Judiciário que opera à margem do Estado Democrático de Direito. É ele que vai decidir quem vai ser julgado pelo Estado Democrático de Direito ou por Sérgio Moro, uma espécie de justicador de primeira instância para alguns atores sociais". Leonardo Avritzer é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, onde cursou mestrado em Ciência Política. É doutor em Sociologia Política pela New School for Social Research - NCSR, Estados Unidos, com a tese *Modernity and democracy in Brazil*. Leciona no Departamento de Ciências Políticas da UFMG e é autor, dentre outros livros, de *Participatory Institutions in Democratic Brazil* (Johns Hopkins University Press, 2009), *Democracy and the public space in Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 2002) e *A Moralidade da Democracia: Ensaio Sobre Teoria Habermasiana e Teoria Democrática* (Perspectiva/UFMG, 1996).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os elementos que nos ajudam a compreender o recrudescimento do fascismo em nossos dias, no Brasil, em específico, e no mundo, em termos mais gerais?

Leonardo Avritzer – O primeiro ponto é pensarmos a questão no plano internacional de forma muito anterior e significativa do que vemos no Brasil até, pelo menos, no primeiro semestre do ano passado. Temos algumas origens desse enorme processo de intolerância e regressão democrática. O primeiro deles é um conflito grande desde 2008 entre economia e democracia, ou entre o mercado e a democracia. Eu diria que 2008 marca um momento no qual o Estado recoloca as condições de uma certa acumulação financeira capitalista, ao mesmo tempo em que, no momento seguinte da recuperação, o próprio Estado é fortemente questionado pelos principais atores financeiros. Esse questionamento começa a adquirir um elemento antidemocrático. De um lado há elementos muito fortes contra a soberania popular, como ficou claro na forte crise na Grécia, na enorme dívida em Portugal e Espanha e na própria forma como o resgate se deu em 2008-2009, quando o fortalecimento do mercado financeiro veio antes do próprio resgate dos cidadãos endividados no caso dos Estados Unidos. Vemos um movimento muito forte do mercado no sentido de restabelecer condições de acumulação capitalista contra uma determinada pauta de direitos, sobretudo sociais.

Avenidas de inclusão

No caso brasileiro temos elementos próprios. O Brasil é uma sociedade de exclusão de grandes massas, do consumo, da política, do acesso ao Estado, e foi contra isso que o governo do PT investiu entre 2003 e 2015 e acabou fazendo essa integração, ainda que precariamente. Por um lado, tal integração foi feita pela via do mercado, e por outro, por meio de uma via de ampliação de uma série de benefícios da proteção social. Por fim, começamos a ter um acesso diferenciado ao sistema de educação. Essas três formas de acesso criaram novas avenidas de inclusão no Brasil. Houve uma forte reação inclusive na esfera do consumo, por exemplo, quando vemos a rejeição à presença de novos consumidores, às pessoas que estão frequentando aeroportos e shopping centers. Começamos a ver que, mesmo sob o ponto de vista de uma sociedade de massa, o Brasil tem dificuldade em aceitar pressupostos igualitários do mercado. Isso se acentua ainda mais quando se fala em pressupostos de integração política ou mesmo de uma integração diferenciada no campo da educação. O centro desse processo está ligado a uma classe alta, sobretudo em São Paulo, onde há o maior contingente dessa classe no país, e que justamente não aceita ter os princípios básicos de integração via Estado e mercado.

IHU On-Line - Há um fascismo à brasileira? Caso sim, quais seriam suas características mais notórias e que impasses elas representam à nossa recente democracia?

Leonardo Avritzer – Primeiramente, acredito que deveríamos definir o que é o fascismo. No Brasil temos um momento de regressão democrática cujo maior sinal é a remoção da presidente Dilma por uma via absolutamente questionável em termos legais. Porém, dentro dessa regressão

principais ainda se colocam fortemente no campo da institucionalidade política legal, enquanto outros se colocam fora dela, os quais eu classificaria como representantes do perigo de um retorno de um fascismo, de uma intolerância social e política radical.

Quais são as evidências que temos em relação a esses atores? A defesa da tortura na votação do afastamento da presidente por um deputado federal, Jair Bolsonaro; uma ideia de utilizar o sistema legal para fazer perseguições políticas, papel indefinido inclusive em relação a Sérgio Moro, em relação a como ele se relaciona com atores sociais. Seu "papel" é prender Lula, mas as pessoas não falam sobre evidências legais, e a própria Lava Jato está criminalizando claramente o PT pela via de seu procurador Carlos Fernando, quando este se refere ao Partido como organização criminoso.

Operação "à margem"

Tudo isso está à margem da institucionalidade do Estado de Direito. Como isso vai se desenvolver no Brasil é difícil saber. Jair Bolsonaro não é só uma pessoa que defende abertamente o Estado autoritário. O "interessante" é que os votos direcionados a Bolsonaro crescem quando relacionados à renda e escolaridade das pessoas, o que mostra que amplos setores da elite brasileira não estão conformados nem com a democracia, nem com o Estado de Direito. Essa é, certamente, uma das origens desse processo.

Por outro lado, no campo do Poder Judiciário, temos atitudes bastante complicadas que dizem respeito ao Estado de Direito. Vemos juizes tomando medidas claras contra a Constituição. Vivemos esse momento no país no qual vemos a dualidade dentro do poder Judiciário entre Sérgio Moro e Teori Zavascki. Como essa dualidade funciona? O Supremo não contém Sérgio Moro, apesar de que o próprio ministro Teori o criticou por contrariar os preceitos do Estado Democrático de Direito em algumas das investigações da Operação Lava Jato. Ao mesmo tempo em que faz isso, devolve o processo contra o ex-presidente Lula para 13ª vara de Curitiba. Ou seja, o próprio STF aceita que existe uma dimensão do Poder Judiciário que opera à margem do Estado Democrático de Direito. É ele que vai decidir quem vai ser julgado pelo Estado Democrático de Direito ou por Sérgio Moro, uma espécie de justicador de primeira instância para alguns atores sociais.

IHU On-Line - O que resta do Estado de direito frente a tantos dispositivos de exceção colocados em prática por nosso Judiciário nos últimos meses? Dentro da crise política atual, qual é o papel do Judiciário na legitimação de um estado de exceção e de constante insegurança jurídica para as pessoas?

Leonardo Avritzer – Creio que, na verdade, para entendermos os processos que vivemos, devemos entender os próprios limites da democratização brasileira. O Brasil teve uma via absolutamente conservadora de transição à democracia, na qual não houve ruptura com



nenhum dos elementos da institucionalidade autoritária, que foi muito longa, durando 21 anos. Se compararmos o Brasil à Argentina, não houve um expurgo dentro do sistema legal, apesar de sabermos que este fez parte do próprio aparato do Estado autoritário, que vigorou ao longo do período de governo militar.

O autoritarismo brasileiro atingiu fortemente o funcionamento do conjunto das nossas instituições. Acabamos fazendo uma transição na qual as instituições não foram “purgadas”, não houve uma justiça restaurativa no Brasil que restituísse o funcionamento dos poderes. Só fomos ter uma Comissão da Verdade no governo Dilma, e ainda assim muito enfraquecida, ou mesmo uma comissão de anistia que ofereceu restituições meramente financeiras sem, na verdade, atribuir responsabilização pelos crimes. A transição brasileira foi atípica em relação às outras transições. Na Argentina, na África do Sul e também no Leste da Europa, as transições podem ser chamadas de justiça restaurativa, o que não ocorreu aqui.

Ambiguidade dos valores democráticos

Temos um Poder Judiciário que se pauta por um conjunto muito ambíguo de valores democráticos, sobretudo em sua primeira instância, porque ali continua um processo de reprodução patrimonial das elites judiciárias, que é um processo histórico no Brasil. Penso que é importante apontar que no Poder Judiciário há um conjunto de ações fortemente antidemocráticas, e para além da Operação Lava Jato começamos a ver perseguições a estrangeiros que fazem política, perseguição ao direito de as pessoas se reunirem, como no estado de Goiás, onde houve a proibição de se manifestar dentro de universidades federais.

O que pauta essas instituições não é um entendimento claro da natureza do Estado de Direito, mas sim a supremacia dos corpos judiciais. Esse é, na verdade, o reequilíbrio que tivemos no Brasil entre o período democrático anterior e o atual. Antes havia praticamente apenas o Poder Executivo - o Supremo Tribunal Federal era muito fraco, e agora temos um Executivo e um Judiciário fortes que não se pautam, necessariamente, pelas estruturas do Estado de Direito. Aí está o problema central que estamos enfrentando nesse momento em relação às garantias individuais do país.

IHU On-Line - Quais são os nexos entre o estado de exceção e a biopolítica com o recrudescimento do fascismo hoje?

Leonardo Avritzer – Baseado na ideia de estado de exceção de Agamben, digo que ele tem uma natureza constitucional e outra não constitucional. No caso brasileiro, é interessante que tudo isso acontece sem evocar nenhum elemento institucional do Estado de Exceção. É como se estivéssemos no campo absoluto da normalidade democrática, mas vemos decisões do **Poder Judiciário** que não podem ser tomadas numa situação de normalidade democrática.

O STF toma decisões em direções completamente diferentes em questões fundamentais no período de seis meses que mudaram a conjuntura, como a aceitação da prisão do senador Delcídio do Amaral, e a rejeição da prisão do senador Renan Calheiros e José Sarney. É exatamente o mesmo caso, e a decisão foi tomada de forma oposta. O mesmo podemos dizer em relação à questão do afastamento de **Eduardo Cunha**, pedida em medida cautelar de urgência e que numa madrugada, quatro meses depois, foi decidida. Então, temos fortes dúvidas sobre o que move o Poder Judiciário.

IHU On-Line - Como compreender posicionamentos como o do deputado Marcel Van Hatten (PP-RS), ao propor a “escola sem partido”, e a recepção de Alexandre Frota e do líder do Revoltados On-Line pelo ministro da Educação? Em que medida isso se conecta com o debate do fascismo e da dificuldade do fascista em dialogar e de ter uma compreensão crítica do todo, sobretudo dentro de um sistema democrático?

Leonardo Avritzer – Vemos claramente mais intolerância na sociedade brasileira desde, pelo menos 2013, quando naquele mês de junho houve manifestações de violência contra pessoas de partidos de esquerda. Em seguida a isso começamos a notar uma série de expressões de intolerância política no Brasil, como, por exemplo, o achacamento público de políticos e personalidades da sociedade civil, como o ministro Guido Mantega, agredido em um hospital, bem como outros políticos, ou como no caso de Chico Buarque de Hollanda.

Nas redes sociais isso já vinha acontecendo há tempo e tem se acirrado. Aí há um forte elemento de intolerância que se articula fortemente com um tipo de ação da imprensa mais conservadora. Temos o discurso da intolerância surgido, sobretudo, na grande mídia, especialmente na Veja e na rádio Jovem Pan, de São Paulo, e dali direcionado para a sociedade.

Quando [Alexandre] Frota é recebido pelo ministro da Educação [Mendonça Filho], na verdade essa é uma tentativa de conectar o governo com esses focos de intolerância na sociedade. De fato, e não por acaso, a primeira medida do governo interino foi a abolição de todas as secretarias especiais. O ministro dá um primeiro passo adiante para levar a sério essas pessoas como Frota e o líder do Revoltados On-Line.

No governo do presidente interino Michel Temer há uma forte radicalização dessas pautas, como a extinção das secretarias já no primeiro dia em que assumiu, e isso tem pouco a ver com a economia de recursos. No seu primeiro dia de governo Temer já fez questão de apontar que inúmeras demandas não terão mais guarida em seu mandato. Ele rompia com uma pauta de ampliação de direitos do Brasil que, de uma maneira ou de outra, existiam.

Retrocesso

Vale a pena lembrar que o campo da educação no Brasil passou por forte disputa nessas questões. Houve muito debate em relação ao Conselho Nacional de Educação **rever** elementos racistas na obra de Monteiro Lobato. Houve muita discussão sobre a ideia de uma **política de diversidade** de orientação sexual nas escolas públicas. Porque discutir orientação sexual e uma ideia racismo pelo sistema educacional faz parte dessa conjuntura. Então, receber Alexandre Frota significa que o governo está tentando indicar que vai se conectar com esses movimentos e indivíduos que querem **retroceder** em relação às ações do Estado brasileiro de reconhecimento das populações minoritárias e do direito à diversidade.

IHU On-Line – Por outro lado, como podemos compreender a dificuldade de diálogo da própria esquerda com projetos diferentes dos seus, como foi o caso da construção da Usina de Belo Monte, para citarmos uma das grandes obras do PAC, de Dilma Rousseff?

Leonardo Avritzer – O governo Dilma, quando comparado aos dois governos de Lula, se afasta das pautas de diversidade, relativas a indígenas, ao meio ambiente, e também dos atores urbanos. É possível ver que essas tensões já se manifestavam em 2011-2014, ou seja, em seu primeiro governo. Isso se deu com a violação de direitos das populações urbanas com as obras da Copa do Mundo, a própria discussão da usina hidrelétrica de Belo Monte e o projeto de uma nova usina no Rio Tapajós. Tais iniciativas fazem parte da agenda de obras do governo Dilma, incluídas em um modelo desenvolvimentista do qual ela é representante.

IHU On-Line - Que perspectivas se delineiam para os próximos meses em relação aos movimentos sociais e a camadas da população carentes frente ao governo interino de Michel Temer?

Leonardo Avritzer – Estamos observando uma certa recuperação da capacidade de mobilização dos movimentos sociais pelo menos desde março deste ano. O que se coloca é uma conjuntura de disputa política intensa. Nessa conjuntura, **Temer** expressa seu projeto político da seguinte maneira: da forma como aceita implementar a **agenda do mercado**, da **reforma da previdência** e da diminuição dos gastos públicos, ele deixa bastante claro suas prioridades. Readequar o Estado a uma **lógica de mercado** através de uma via não eleitoral.

Mas, é preciso ver que este é um governo com fortes bloqueios democráticos internos e externos. Além da forte reação dos **movimentos sociais** e atores sociais dos mais diversos campos, este é um governo que ainda não conseguiu reconhecimento dos EUA e da grande imprensa do mundo anglo-saxão, especialmente o NYT, dos EUA, e o The Guardian, da Inglaterra. Eles afirmam que existe uma inflexão não democrática no Brasil com a substituição do governo **Dilma Rousseff**. Isso deve pautar todas as ações políticas importantes daqui até 2018, a reação externa e interna ao governo Temer.

Por Márcia Junges

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/558060-as-avenidas-de-inclusao-no-brasil-e-uma-disputa-politica-intensa-entrevista-especial-com-leonardo-avritzer>



Artigo

Notícia

Nem com FHC: bancos privados querem abocanhar o FGTS

Fernando Brito

EXCLUSIVO/POUPANÇA DO TRABALHADOR

Bancos planejam quebrar monopólio da Caixa no FGTS

Santander e Bradesco querem gerir reservas de R\$ 300 bi do Fundo

Instituições pagariam remuneração maior para os correntistas

Santander e Bradesco estão interessados em quitar o monopólio da Caixa no gestão do FGTS, informa *Estadão* Notícias. As instituições queriam acesso aos mais de R\$ 300 bilhões de reservas do fundo, como contrapartida,diz, dizem três funcionários que poderiam pagar remuneração maior aos correntistas, de até 10% ao ano, contra cerca de 5% que o trabalhador recebe hoje. A medida precisa ser aprovada pelo Congresso. *Estadão*ELIO CASTELL
Membro quer atribuir voto de parlamentares ao país. *Estadão*

Na capa de O Globo, o que não se julgava possível nem mesmo durante a privatização do Governo Fernando Henrique, quando se ensaiou retirar uma parcela – apenas uma parcela – dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para dar vitalidade à Bolsa de Valores, permitindo que fosse usada para comprar ações da Vale e da Petrobras.

Em letras bem grandes e claras: a entrega do FGTS aos bancos privados.

O dourado da pílula, claro, é pagar correções maiores aos saldos acumulados na conta de cada trabalhador em nome do qual o empregador deposita mensalmente os 8% devidos ao Fundo.

O que é justo, até certo ponto: o de preservar o valor real do seguro que ele representa. Cabe recordar que, até o governo Fernando Henrique, a Taxa Referencial de Juros, que serve de base para correção dos saldos do FGTS acompanhava a inflação. Quando o real desabou, em 1999, deixou de seguir.

Só que isso nada tem a ver com privatizar ou não a guarda do dinheiro.

Tem a ver com o acesso a crédito em condições viáveis para investimentos em habitação e infraestrutura que, a custo de mercado, inviabilizariam a construção de qualquer conjunto habitacional, hidrelétrica, usina eólica, estrada, ferrovia, porto, linha de transmissão de energia e tudo o mais que tem prazo de amortização necessariamente extenso.

E tem a ver com o lucro que se pode obter, pagando taxas – mesmo mais altas que as atuais – aplicando em outros mercados a parcela imensa de recursos não tomados – porque inviabilizados pelos juros – por empreendimentos estruturantes.

O “mercado” nem esconde o apetite pela “bocada”:

— O governo é a favor (da mudança no FGTS). Quando bater o martelo do impeachment, vai vir com chumbo grosso. A lógica já está formada — diz João Augusto Salles, da [consultoria de investimentos] Lopes Filho&Associados. — E tudo o que os bancos querem é acesso a recursos estáveis, de longo prazo e barato.

E é muito dinheiro, mesmo com a arrecadação em queda e os saques em alta por conta da conjuntura de desemprego. De janeiro a maio deste ano foram R\$ 50 bilhões em depósitos e R\$ 44,7 bilhões em saques, o que dá um saldo líquido de R\$ 5 bilhões.

Saindo do zero, ou de perto disso, é muito dinheiro. Mas se levar em conta os compromissos do Fundo, é muito pouco para interessar.

Como isso é insuficiente para corrigir o patrimônio do Fundo, o provável é que se faça aquelas separações “espertas”. Os créditos subsidiados, como os da *Minha Casa Minha Vida* e outros, ficam para o governo. As contas “limpinhas” ficam para os bancos.

E o dinheiro que poderia financiar o desenvolvimento nacional fica assim: um *tantinho* a mais para os trabalhadores, com correções ligeiramente maiores nos seus saldos e um *tantão* para os bolsos da banca que, de quebra, leva o cadastro e a possibilidade de atrair os “clientes” do Fundo para seus outros negócios bancários, no que eles chamam de “sinergia” de negócios.

Os velhos piratas, que nunca se aposentaram nos governos progressistas, sacam a espada e se preparam, com o governo ilegítimo, para repartir o butim do Estado.

<http://www.tijolaco.com.br/blog/nem-com-fhc-bancos-privados-querem-abocanhar-o-fgts/>

“Nossa luta não é só por democracia, mas por outra civilização”, diz Mujica

Para o senador e ex-presidente do Uruguai, a mudança cultural deve ser o motor das novas gerações

Camilla Hoshino, Carolina Goetten e Gibran Mendes

“Fomos transformados em uma máquina de consumismo. A acumulação capitalista necessita que compremos, compremos e gastemos e gastemos. Vendem mentiras até que te tirem o último dinheiro. Essa é a nossa cultura e a única saída é a contracultura”, afirmou o ex-presidente do Uruguai / Henry Milleo

Para o senador e ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, o atual contexto político do Brasil e da América Latina, com o avanço das forças de direita, não pode ser visto com desânimo. “Nós aprendemos muito mais com as derrotas do que com as vitórias. É preciso levantar e começar de novo”, declarou Mujica durante o Seminário Democracia na América Latina, que reuniu milhares de pessoas nesta quarta-feira (27) em Curitiba. Segundo o senador, a democracia está em risco no mundo inteiro devido a duas questões centrais: a concentração da massa financeira nas mãos dos ricos e a crescente desigualdade na Terra. “Nunca o homem teve tantos recursos e meios científicos e técnicos para erradicar a fome e a miséria dos povos”, disse o ex-presidente, enfatizando que o grande problema não é ecológico, mas político. “Temos 80 senhores que possuem o mesmo que outros 3 bilhões de habitantes”.

O ex-presidente destacou que, antes de mais nada, é preciso mudar a cultura. “Sem mudar a cultura não muda nada”, sentenciou. Como cultura, entende-se, a mentalidade de vida. Deixar o consumismo de lado, promovendo principalmente a vida e a felicidade humana como centro da sociedade.

Mujica opinou ainda que o crescimento econômico só se justifica se ocorrer para o desenvolvimento da felicidade humana. “Fomos transformados em uma máquina de consumismo. A acumulação capitalista necessita que compremos, compremos e gastemos e gastemos. Vendem mentiras até que te tirem o último dinheiro. Essa é a nossa cultura e a única saída é a contracultura”, afirmou.

Democracia em foco

Organizado pelo laboratório de Culturas Digitais, projeto do Setor de Educação da UFPR, o evento ocorreu com o objetivo de fomentar o debate sobre a ameaça aos regimes democráticos na América Latina, a partir do atual contexto de golpe institucional no Brasil.

Sobre esse assunto, na opinião de Pepe Mujica, é necessário pensar um outro modelo de democracia. “A democracia do futuro não pode ser a democracia de gente sob medida, de campanhas e propaganda para satisfação do mercado. Aquela que vende um candidato político como se fosse pasta de dente. Se a política é isso estamos fracos”, criticou.

“A democracia é uma luta permanente, não é o conformismo. E o nosso papel é lutar por um mundo melhor. O que vale é a vida”, finalizou.

Convidados

Participaram da mesa, junto com Mujica, a integrante da Rede de Mulheres Negras do Paraná e Secretária de Direitos Humanos da ABGLT, Heliana Hemetério dos Santos; o Doutor em História pela FFLCH-USP, Gilberto Maringoni; a Mestre em Educação pela UFPR e professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Livia Morales; e a pesquisadora na área de políticas educacionais e movimentos sociais da UFPR, Andrea Caldas.

Durante sua exposição, Gilberto Maringoni criticou incisivamente a política de Estado mínimo proposta pelo governo interino de Michel Temer. De acordo com ele, as propostas de cortes orçamentários nos programas sociais representam uma opção política. “É o livre mercado e ele só tem uma alternativa: o ajuste fiscal e reduzir direitos sociais. Não tem saída porque estamos sem dinheiro”, disse ele, reproduzindo com ironia o discurso majoritário do atual Governo Federal.

Hemetério questionou a efetividade da construção democrática em um país no qual, a cada 23 minutos, um jovem negro é morto. “A democracia latino-americana não inclui o povo negro. Não podemos falar de democracia a partir do nosso umbigo, sem incluir as mulheres negras, as mulheres lésbicas, as mulheres pobres”, avaliou.

A professora Livia Morales, da UNILA, destacou a necessidade de respeitarmos e valorizarmos as diversidades. “A política é o lugar da diferença. Quem gosta de tudo igual ao mesmo tempo é fascista. Precisamos aprender a lidar com as diferenças, conversar com as pessoas”, afirmou.

As falas foram recheadas de palmas e gritos por “fora Temer” e “fora Beto Richa”.

Tecnologia e participação social

Apesar de não ser aberto para perguntas, o seminário utilizou a tecnologia para fomentar o debate. Por meio da ferramenta “Delibera”, construída pelo Laboratório de Culturas Digitais, os participantes puderam enviar perguntas e votar nas mais interessantes.

O esforço de desenvolver ferramentas e metodologias de participação é um dos principais focos do projeto. Segundo o coordenador executivo do Laboratório, João Paulo Mehl, as pessoas precisam se apropriar do conhecimento gerado e também gerar conhecimento. Ele reforça que a tecnologia não deve ser tratada apenas sob o ponto de vista do especialista, mas de todos, desde os povos indígenas, aos programadores, designers e quilombolas.

Nesse sentido, a tecnologia utilizada e desenvolvida pelo Laboratório, por meio dos softwares livres, é aberta para ser revista, aprimorada e replicada por qualquer pessoa. Um dos exemplos de utilização da plataforma “Delibera” se dá no Conselho Nacional de Política Cultural, onde a ferramenta permite dar transparência e elaborar metodologias de decisões coletivas para o aprimoramento e fortalecimento de políticas públicas e programas.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/27/nossa-luta-nao-e-so-por-democracia-mas-por-outra-civilizacao-diz-mujica/>

Artigo

As maldades sob encomenda

Paulo Kliass

A cada novo movimento na cena política fica mais clara a presença do DNA tucano nas decisões estratégicas do governo interino. Michel Temer nomeou pessoas ligadas ao PSDB para ocupar postos-chave de sua equipe na Esplanada. Dessa forma, o interino incorpora um elemento de tensão entre os doutrinários do ajuste ortodoxo na área econômica e a voracidade por gastos dos adeptos do fisiologismo da multiplicidade de partidos da base de apoio no Congresso Nacional.

Esse balanço entre essas duas correntes se manifesta em decisões concretas do governo. Um exemplo bem objetivo foi o processo de elaboração e votação da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Apesar de toda a crítica realizada ao suposto “descontrole das contas públicas” atribuído ao governo Dilma, a equipe de Temer apresentou uma proposta de LDO prevendo um déficit primário superior a R\$ 170 bilhões. Esse é o descompasso previsto de antemão entre as receitas e as despesas ditas primárias - aquelas que não sejam de natureza financeira. Ou seja, trata-se de um buraco orçamentário muito mais elevado do que o observado no ano anterior, antes do afastamento da Presidenta.

Ora, para quem centrou todo o seu combate denunciando as “pedaladas fiscais” e argumentando que aquele seria um mecanismo ardiloso para faltar o rombo existente nas contas do governo federal, tal opção de Temer evidencia apenas que nada foi feito para superar aquelas dificuldades. Ou melhor, muito foi feito. Os cortes vieram nas despesas de saúde, previdência social, educação, pessoal, administração da máquina de governo e outros. Mas o anúncio do déficit de tamanha magnitude tem o significado de liberar o governo para sua gastança especial onde e como quiser até o final do exercício, em áreas que possam ser do agrado de sua base de apoio entre os parlamentares e eventuais demandas de setores empresariais que lhe prestam apoio.

Ajuste “verdadeiro” em compasso de espera até outubro

O detalhe específico desse segundo semestre, que teve início há pouco, refere-se ao pleito de outubro próximo. Por mais que o governo Temer seja simpático às teses do financismo radicalizado, o fato inescapável é que haverá eleições em cada um dos mais de 5.700 municípios brasileiros. Isso significa um processo político envolvendo mais de 20 mil candidatos ao cargo de chefe do Poder Executivo local, além das várias centenas de milhares de candidatos a vereador pelo país afora.

Ora, a pressão de todo esse universo sobre o governo federal e sobre o establishment político é inegável. Cada um dos inúmeros subgrupos da ampla base de apoio federal não pode aceitar uma conjuntura de redução da capacidade das finanças públicas municipais. E muito menos eles se sentiriam confortáveis em carregar nas costas o ônus de medidas impopulares a serem anunciadas pelo governo em Brasília. O governo já é objeto de ampla desconfiança e rejeição. Caso as medidas prometidas nos corredores fossem divulgadas imediatamente, o quadro de isolamento seria ainda mais aprofundado.

Assim, Temer se ancora nessa desculpa vinculada ao calendário político-eleitoral e na necessidade de ver o impedimento de Dilma ser aprovado de forma definitiva em agosto para iniciar o seu governo “de fato”. E já reconheceu mesmo em recente entrevista que algumas “medidas impopulares” serão necessárias mais à frente. Isso significa: passadas as eleições, coisas para o ano que vem.

Cumplicidade mentirosa dos grupos privados de comunicação

O anúncio do pacote de maldades tem a sua cadência determinada pelo tempo das condições da política. Superadas as dificuldades de aceitação perante a sua base de apoio,

O ano de 2017 se apresenta como ideal para esse fim. O governo já conta com um amplo colchão de apoio costurado junto aos grandes meios de comunicação. A simpatia dos principais órgãos de imprensa para com a equipe interina supera os limites do imaginável.

Os instrumentos de manipulação da opinião pública vão desde as tinturas de abordagem tendenciosa para os fatos anunciados até a mentira pura e simples. O clima de torcida organizada pró Temer é indisfarçável e não se admitem críticas nem mesmo quando se trata de apenas observar que as mesmas medidas adotadas por Dilma estão a se repetir na nova gestão. O mantra a ser difundido “ad nauseam” é que a equipe Meirelles/Goldfajn é competente e conta com a simpatia do sistema financeiro. Dessa forma, esses são os pré-requisitos fundamentais para que as intenções sejam positivas e portadoras de pleno sucesso. Com isso, espera-se nas hostes palacianas estarem pavimentadas as condições para a divulgação do pacote de maldades para 2017.

A questão previdenciária vem sendo martelada insistente e maliciosamente martelada há tempos. Desde o período anterior à consumação do golpe, os “especialistas” vêm chamando a atenção para o “déficit estrutural” do nosso Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Na verdade, esse é um antigo sonho de consumo do financismo: botar a mão nesse fundo público bilionário, que movimenta mais de R\$ 400 bilhões por ano sob a forma de arrecadação de tributos e concessão de benefícios previdenciários. Os olhinhos dos dirigentes da banca privada tilintam cifrões dourados só de pensar na possibilidade de se apropriarem de mais essa benesse.

Afinal não cogitam desperdiçar mais essa oportunidade histórica pacientemente construída. Agora fazem parte de um governo que chegou ao poder sem nenhuma legitimidade, pois não precisou sufragar esse programa entreguista junto à opinião da população. Esse é o momento para aproveitar e promover a verdadeira desestruturação desse regime de solidariedade previsto na Constituição de 1988. Para tanto faz sentido a urgência em caracterizar, de forma oportunista e leviana, o quadro atual como a antessala do apocalipse.

Maldades: previdência, limite de gastos e privatização

Outro projeto que visa promover a desconstrução do alicerce central das conquistas estabelecidas no texto da Constituição de 1988 é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016. De acordo com a proposição encaminhada pela equipe de Temer para apreciação pelo Congresso Nacional, as despesas da União teriam um teto para o seu crescimento. Assim, os gastos ditos primários somente poderão ser aumentados de acordo com a inflação do período. Ou seja, o crescimento real é nulo. A proposta é claramente prejudicial aos interesses da grande maioria da população, que depende da oferta pública de serviços como saúde, educação, previdência social, entre outros.

Ao iniciar a nova regra em um período onde as despesas com investimento da União e programas sociais já estão sendo comprimidas (lembremo-nos das gestões de Nelson Barbosa, Joaquim Levy e Meirelles à frente do Ministério da Fazenda), a PEC visa comprometer ainda mais a recuperação da capacidade de gasto e investimento do Estado. Por outro lado, é bastante significativo que não haja nenhuma previsão de limitar as despesas financeiras, com pagamento de juros e serviços da dívida pública. Essas rubricas põem crescer o quanto for necessário, mesmo acima dos índices da inflação.

Além disso, o governo diz claramente que pretende retomar com vigor o processo de privatização da economia, recorrendo a várias modalidades de beneficiar o capital privado, que incluem também a venda pura e simples de empresas estatais. Para tanto, volta a combinar o discurso a respeito da carência de recursos por conta do elevado endividamento e o surrado discurso sobre ineficiência intrínseca do setor público e o recurso à ideia surrada do Estado mínimo.

São estas os principais componentes do pacote de maldades que o governo temer deve anunciar em breve. Como se vê, corre-se o sério risco de um enorme retrocesso na desestruturação de importantes instrumentos de promoção de um eventual projeto de desenvolvimento nacional no futuro. A intenção é promover um verdadeiro desmonte na rede de proteção social prevista no texto constitucional, com o aumento quase definitivo da presença do capital privado nos mais variados setores da economia.

♦ Paulo Kliass é doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.

<http://carosamigos.com.br/index.php/colunistas/196-paulo-kliass/7413-as-maldades-sob-encomenda>

Opinião

Escracho

Eleonora de Lucena, na Folha*

A elite brasileira está dando um tiro no pé. Embarca na canoa do retrocesso social, dá as mãos a grupos fossilizados de oligarquias regionais, submete-se a interesses externos, abandona qualquer esboço de projeto para o país.

Não é a primeira vez. No século 19, ficou atolada na escravidão, adiando avanços. No século 20, tentou uma contrarrevolução, em 1932, para deter Getúlio Vargas. Derrotada, percebeu mais tarde que havia ganho com as políticas nacionais que impulsionaram a industrialização.

Mesmo assim, articulou golpes. Embalada pela Guerra Fria, aliou-se a estrangeiros, parcelas de militares e a uma classe média mergulhada no obscurantismo. Curtiu o desenvolvimentismo dos militares. Depois, quando o modelo ruiu, entendeu que democracia e inclusão social geram lucros.

Em vários momentos, conseguiu vislumbrar as vantagens de atuar num país com dinamismo e mercado interno vigoroso. Roberto Simonsen foi o expoente de uma era em que a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) não se apequenava.

Os últimos anos de crescimento e ascensão social mostraram ser possível ganhar quando os pobres entram em cena e o país flerta com o desenvolvimento. Foram tempos de grande rentabilidade. A política de juros altos, excrescência mundial, manteve as benesses do rentismo.

Quando, em 2012, foi feito um ensaio tímido para mexer nisso, houve gritaria. O grupo dos beneficiários da bolsa juros partiu para o ataque. O Planalto recuou e se rendeu à lógica do mercado financeiro.

Foi a senha para os defensores do neoliberalismo, aqui e lá fora, reorganizarem forças para preparar a reocupação do território. Encontraram a esquerda dividida, acomodada e na defensiva por causa dos escândalos. Apesar disso, a direita perdeu de novo no voto.

Conseguiu, todavia, atrair o centro, catalisando o medo que a recessão espalhou pela sociedade. Quando a maré virou, pelos erros do governo e pela persistência de oito anos da crise capitalista, os empresários pularam do barco governista, que os acolhera com subsídios, incentivos, desonerações. Os que poderiam ficar foram alvos da sanha curitibana. Acuada, nenhuma voz burguesa defendeu o governo.

O impeachment trouxe a galope e sem filtro a velha pauta ultraconservadora e entreguista, perseguida nos anos FHC e derrotada nas últimas quatro eleições. Privatizações, cortes profundos em educação e saúde, desmanche de conquistas trabalhistas, ataque a direitos.

O objetivo é elevar a extração de mais valia, esmagar os pobres, derrubar empresas nacionais, extinguir ideias de independência. Em suma, transferir riqueza da sociedade para poucos, numa regressão fulminante. Previdência, Petrobras, SUS, tudo é implodido com a conversa de que não há dinheiro. Para os juros, contudo, sempre há.

Com instituições esfarrapadas, o Brasil está à beira do abismo. O empresariado parece não perceber que a destruição do país é prejudicial a ele mesmo. Sem líderes, deixa-se levar pela miragem da lógica mundial financista e imediatista, que detesta a democracia.

Amargando uma derrota histórica, a esquerda precisa se reinventar, superar divisões, construir um projeto nacional e encontrar liderança à altura do momento.

A novidade vem da energia das ruas, das ocupações, dos gritos de "Fora, Temer!". Não vai ser um passeio a retirada de direitos e de perspectiva de futuro. Milhões saborearam um naco de vida melhor. Nem a "teologia da prosperidade" talvez segure o rojão. A velha luta de classes está escrachada nas esquinas.

*Eleonora de Lucena é repórter especial da Folha e foi Editora-executiva do jornal de 2000 a 2010



“DECLARAÇÃO DA FRENTE POVO SEM MEDO”

Julho de 2016

Não precisou nem dois meses para que as máscaras caíssem e as razões do golpe fossem expostas em praça pública. O aprofundamento de uma política antipopular e entreguista veio já nos primeiros dias. E logo ficou claro que a suposta batalha contra a corrupção serviu mesmo para levar uma quadrilha ao comando do país. Três ministros caíram em menos de um mês. As denúncias só se aprofundam, chegando agora diretamente ao próprio presidente ilegítimo.

Mas, mesmo com essas fragilidades, o governo interino de Temer se coloca como o mais perigoso aos trabalhadores brasileiros em nossa história recente. Por não ter sido eleito por ninguém e aparentemente não buscar reeleição, coloca-se numa situação em que não precisa prestar contas à sociedade.

Está habilitado a praticar o mais severo programa de retrocessos, sem pagar preço eleitoral por isso. Esta é uma situação dos sonhos para o grande capital. O golpe, como alertamos, é contra os trabalhadores.

Isso significa que a grande tarefa das forças populares é derrotar este governo e, com ele, o golpe. A Frente Povo Sem Medo entende que, diante de um governo biônico e com uma pauta de duros retrocessos, o povo deve ser chamado a decidir. Neste sentido, a proposta de um plebiscito sobre a antecipação ou não das eleições, defendido mais de uma vez pela própria presidenta Dilma, pode ser uma bandeira aglutinadora para somar mais forças na luta contra o golpismo.

Mas evidentemente tem seus limites. Não há saída mágica numa conjuntura tão complexa como esta. É preciso associar esta bandeira a outras duas fundamentais.

A primeira é a defesa de uma profunda Reforma Política. O problema não é apenas Temer. É o sistema político brasileiro que faliu e perdeu qualquer vínculo de representação efetiva com a maioria da sociedade. É preciso radicalizar a democracia, enfrentando a influência do poder econômico nas eleições e construindo mecanismos de maior participação popular na política, permitindo que a maioria do povo possa decidir sobre os rumos do país.

A segunda é a defesa intransigente dos nossos direitos. Estamos diante da ameaça de uma regressão social grave, com desmonte dos direitos trabalhistas e dos programas sociais conquistados pelo povo brasileiro, além da entrega do patrimônio público. O golpe é duplo: um presidente que não foi eleito, aplicando um programa que também não o foi e jamais seria.

A agenda Temer envolve o projeto das terceirizações, Reforma da Previdência, privatizações, desmonte dos serviços públicos, redução drástica dos programas sociais e entrega do pré sal às petroleiras internacionais, dentre outras perversidades. Tudo isso com o objetivo de privilegiar os de cima, despejando a crise sobre os ombros dos de baixo.

Contra este programa de terra arrasada, defenderemos nas ruas as reformas que o país precisa. Não queremos Reforma da Previdência, queremos sim reforma tributária, com taxação de grandes fortunas. Não aceitaremos nenhuma privatização, queremos de volta nossas estatais e em especial o controle sobre o pré-sal e o conjunto dos recursos naturais de nosso país.

Não queremos Reforma Trabalhista, queremos as Reformas Urbana e Agrária, dívida histórica do Estado brasileiro com seu povo. Queremos auditoria da dívida pública, democratização das comunicações e desmilitarização da polícia e o fim do genocídio da população negra. Esta é a agenda que contempla a maioria do nosso povo.

Derrotar o governo golpista de Temer é condição para isso. O Povo Sem Medo estará nas ruas no mês de julho, em grandes mobilizações de norte a sul, para resistir ao golpe e defender as saídas populares. Buscaremos dialogar com outras articulações, como a Frente Brasil Popular, para ter o máximo de unidade neste enfrentamento. Não tem arrego!

FORA TEMER!
O POVO DEVE DECIDIR!
DEFENDER NOSSOS DIREITOS, RADICALIZAR A DEMOCRACIA!

Aqui está o Povo Sem Medo!”



Dicas

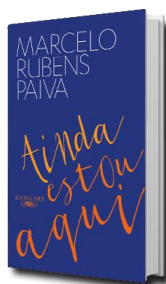
Filmes

Tela preta: produções independentes revelam o Brasil negro e periférico

O país mais negro do mundo fora do continente africano por muitos anos cultivou uma imagem embranquecida nas produções cinematográficas. Nos últimos anos, políticas afirmativas, fruto da luta dos movimentos populares, permitiram que muitos negros acessassem universidades historicamente elitizadas, como é o caso das escolas de cinema. Editais específicos também possibilitaram a realização de muitas produções. As discussões sobre a vida de negras e negros no Brasil e o combate ao racismo definitivamente ganhou a produção audiovisual como aliada. Conheça abaixo filmes de diversos cineastas contemporâneos que estão revelando um Brasil negro e periférico

<https://brasildefato.com.br/2016/07/08/tela-preta-producoes-independentes-revelam-o-brasil-negro-e-periferico/>

Livro



Eunice Paiva é uma mulher de muitas vidas. Casada com o deputado Rubens Paiva, esteve ao seu lado quando foi cassado e exilado, em 1964. Mãe de cinco filhos, passou a criá-los sozinha quando, em 1971, o marido foi preso por agentes da ditadura, a seguir torturado e morto. Em meio à dor, ela se reinventou. Voltou a estudar, tornou-se advogada, defensora dos direitos indígenas. Nunca chorou na frente das câmeras.

Ao falar de Eunice, e de sua última luta, desta vez contra o Alzheimer, Marcelo Rubens Paiva fala também da memória, da infância e do filho. E mergulha num momento negro da história recente brasileira para contar — e tentar entender — o que de fato ocorreu com Rubens Paiva, seu pai, naquele janeiro de 1971.

Memória



“A grande mídia tem um lado: o lado da classe dominante. Precisamos avançar muitíssimo na batalha da construção da nossa mídia alternativa”

Vito Giannotti

1943 - 2015

Operário, dirigente sindical, educador e comunicador popular

Brasil de Fato

Dossiê

Violência Doméstica e Familiar

No dia 07 de agosto, a Lei Maria da Penha completa 10 anos. Considerada uma três melhores legislações do mundo pela ONU, ela aponta caminhos não apenas para enfrentar e punir situações de violência, mas também para preveni-las.

Não há desigualdade em leis protetivas, pelo contrário: é exatamente para superar a lacuna entre os direitos previstos e a vivência de determinados sujeitos que elas surgem! Saiba mais sobre o legado da Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil:

Violência Doméstica e Familiar – Dossiê Violência contra as Mulheres

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>

Curso


Universidad Sur-Sur


Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales


Centro de Estudios Sociales
Laboratório Asociado
Universidade de Coimbra

Especialización y Curso Internacional
EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
COORDINACIÓN GENERAL
 Universidad de Coimbra, Portugal

MODALIDAD VIRTUAL

Inscripción abierta del 27 de julio al 15 de septiembre

Fecha de inicio: 01 de octubre

Más información: **www.clacso.org**

La acreditación y certificación de la Especialización y del Curso Internacional será realizada por el Centro de Estudios Sociales – CES Portugal y por el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLACSO

Agencia Sur-Sur de Desarrollo
Sur-Sur

Agencia Sur-Sur de Desarrollo
Sur-Sur

Los/as inscriptos/as podrán realizar la Especialización en español, portugués o inglés
 Más información: www.clacso.org/sur-sur/especializacion-y-curso-internacional.php?s=7&idioma=

Agenda



Data: 29 a 31 de julho de 2016.

Local: Hotel Holiday Inn Parque Anhembi

A 18ª Conferência Nacional dos Bancários, que discutirá e aprovará a estratégia e a pauta de reivindicações da Campanha 2016, será realizada em São Paulo entre esta sexta-feira 29 e o domingo 31. A Federação dos Bancários do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) participará da Conferência com 61 delegados eleitos nas 12 bases sindicais, mais 10 representantes dos sindicatos e 6 observadores. A pauta de reivindicações a ser aprovada pelos delegados será entregue no dia 9 de agosto à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Sexta-feira, dia 29 de julho

8h30 às 18h – Credenciamento

9h às 18h - Seminário: “Sistema Financeiro e Sociedade”, assim subdividido:

9h às 12h - Painel 1 – “Transformações no Sistema Financeiro e seus impactos no Mundo do Trabalho”.

13h às 15h - Painel 2 – “Novas Ofensivas aos Direitos dos Trabalhadores”.

15h às 17h - Painel 3 - Fórum da Resistência – “O Brasil que Queremos”.

Após a apresentação dos painéis, haverá o lançamento dos livros ‘O Brasil que queremos’ e ‘A resistência ao golpe’.

19h – Votação do Regimento Interno da 18ª Conferência Nacional dos Bancários.

19h30 – Abertura solene.

Sábado, dia 30 de julho

8h30 às 12h – Credenciamento

9h – Análise do Dieese dos resultados dos bancos e apresentação da sistematização da Consulta Nacional 2016.

10h às 16h – Trabalho em Grupos:

Grupo 1 – Emprego.

Grupo 2 - Saúde do Trabalhador, Segurança Bancária e Condições de Trabalho.

Grupo 3 – Remuneração.

Grupo 4 – Estratégia para Organização da Luta e Disputa da Sociedade.

16h – Plenária das correntes políticas sobre polêmicas nos grupos de trabalho.

Domingo, dia 31 de julho

9h30 às 10h - Apresentação da campanha de mídia.

10h às 13h - Plenária final e encerramento.

<http://www.feteccn.com.br/noticia/18a-conferencia-nacional-dos-bancarios-comeca-nesta-sexta-29-em-sao-paulo/>



Mobilização nesta segunda (1º) combate projeto de arrocho ao funcionalismo

Foi confirmado no site da Câmara que no dia 1º de agosto, segunda-feira, será votado o PLP 257, que trata da renegociação das dívidas dos estados e do ajuste fiscal aplicado aos servidores públicos. Entre as medidas prejudiciais ao funcionalismo previstas está a impossibilidade de governadores concederem reajustes salariais no prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Embora o PL 4.567, que trata da privatização da exploração de petróleo na camada Pré-sal, não conste até o momento na pauta da Câmara, é bem provável que ele também seja votado na primeira semana de trabalho do parlamento, uma vez que seu regime de urgência foi aprovado concomitantemente ao do PLP 257, na última semana antes do recesso parlamentar.

Mais informações:

<http://www.cutbrasil.org.br/site/mobilizacao-nesta-segunda-1o-combate-projeto-de-arrocho-ao-funcionalismo/>



BOLETIM inFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

